

---

# Uma análise do retrato do Adventismo do Sétimo Dia na “Teologia Sistemática” de Franklin Ferreira e Alan Myatt

---

EZEQUIEL GOMES<sup>1</sup>

Os teólogos Franklin Ferreira e Alan Myatt produziram a primeira teologia sistemática originalmente escrita em português, considerada por teólogos de renome como “um marco na história do evangelho no Brasil”. Os autores afirmam que objetivo da obra foi preencher uma lacuna no diálogo teológico e apologético brasileiro e abrir as portas para muitas conversas frutíferas. A intenção deste artigo é oferecer uma contraparte no diálogo intencionado pelos autores no contexto da comunidade de fé adventista no Brasil, investigando o retrato do adventismo do sétimo dia na referida obra e até que ponto ele corresponde ao que a literatura e crenças adventistas apresentam.

**Palavras-chaves:** Teologia Sistemática; Franklin Ferreira e Alan Myatt; Diálogo teológico e apologético; Adventismo do Sétimo Dia.

The theologians Franklin Ferreira and Alan Myatt wrote the first systematic theology ever published in Portuguese, considered by renowned theologians as “a landmark in the gospel history in Brazil”. The authors state that the purpose of the book was to fill a gap in the Brazilian theological and apologetic dialogue as well as to open the doors to fruitful talks. The aim of this article is to offer a contribution to such dialogue by investigating the picture of Adventism portrayed in the book and the extent to which it reflects the one presented by Adventist beliefs and literature.

**Key words:** Systematic Theology; Franklin Ferreira and Alan Myatt; Theological and apologetic dialogue; Seventh-day Adventism.

.....

<sup>1</sup> Pós-graduado em teologia bíblica pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus Engenheiro Coelho. Capelão e professor de Ensino Religioso na Escola Adventista Marechal Rondon, Porto Alegre-RS. E-mail: ezeksalt@hotmail.com.

Franklin Ferreira e Alan Myatt são teólogos batistas de linha reformada, isto é, identificados e comprometidos de maneira geral com uma cosmovisão cristã protestante alinhada ao entendimento soteriológico particular daquilo que vem a ser conhecido como *calvinismo*. Tais autores produziram a primeira teologia sistemática originalmente escrita em português. A obra de 1.218 páginas leva o título: “Teologia Sistemática: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual” e foi lançada pela Editora Vida Nova no ano de 2007. Nicodemus, Sayão e Shedd apresentam a obra ao público, ressaltando-a como uma “magna opus” (p. XVI), “uma obra corajosa e notável” (p. XVII) e “um marco na história do evangelho no Brasil” (p. XIX).

Na introdução (p. XXII), os autores afirmam que seu intento com a obra foi o de oferecer um “tratamento bíblico, histórico e apologético dos importantes temas doutrinários que sempre serviram como a essência do alimento espiritual ministrado ao povo de Deus”, e manifestam a intenção de que a obra preencha “uma lacuna no diálogo teológico brasileiro” no sentido de “abrir as portas para muitas conversas frutíferas nos próximos anos”. A intenção deste artigo é oferecer uma contraparte no diálogo intencionado pelos autores no contexto da comunidade de fé adventista no Brasil.

Franklin e Alan afirmam ter decidido incluir em seu trabalho “um estudo comparativo de várias religiões e movimentos comuns entre o povo brasileiro, além de incluir algumas das mais conhecidas seitas [...]” (p. XXVIII). A forma como o livro foi organizado certamente causou certas perplexidades entre os leitores adventistas desta obra que porventura se detiveram a avaliar a posição da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) entre as “seitas”.

Durante toda a obra, os autores voltam ao tópico das seitas no Brasil, incluindo entre elas “os Mórmons e as Testemunhas de Jeová”. Essas seitas (e as outras, presumivelmente) são sentenciadas como “não-cristãs” (p. 48). No livro, o grupo das “seitas” ou “religiões” a elas relacionadas (bem como “filosofias” e “movimentos”) é relativamente amplo e inclui: “a nova era” (p. 125); “a igreja da unificação do reverendo Sun Myung Moon” (p. 230); “o islamismo” (p. 246); “as religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda” (p. 247); “o naturalismo filosófico” (p. 285); “o espiritismo kardecista” (p. 286); “a religião wicca” (p. 286); “a yoga” (p. 838) e também “os adventistas do sétimo dia” (p. 580-581; p. 615-617; 761-762; 829-830; 1098-1099; 1150-1151). O tratamento dado a este último grupo é foco de nosso interesse no que se segue.

## A Igreja Adventista do Sétimo Dia é uma seita ou não?

Os autores deixam claro, desde o início de sua obra, que sua teologia sistemática tem por objetivo pregar aquilo que compreendem como verdade



em comparação e confrontação polêmica direta com aquilo que compreendem como erro<sup>2</sup>. Logo no início de seu trabalho eles alertam seus leitores de que “as seitas chegam às suas doutrinas erradas por meio de métodos errados. Interpretações espúrias da Bíblia, de modo geral, são resultado de métodos equivocados” (FERREIRA; MYATT, 2007, p. 2), e pretendem oferecer, então, a correta perspectiva do “método teológico” que conduz às doutrinas corretas (p. 3-52). Nessa direção, chama a atenção que os autores defendem que a própria salvação das pessoas “depende de se ter a doutrina correta”<sup>3</sup>. Para eles, “a própria eternidade das pessoas está em jogo” (p. 26) nas discussões doutrinárias, ou seja, aparentemente a salvação das pessoas está ameaçada caso elas tenham convicções teológicas diferentes daquelas defendidas nessa obra, pelo menos a respeito de Jesus Cristo (será que poderíamos estender a mesma conclusão aos demais temas tratados nessa teologia sistemática?). Isso justifica uma análise mais detalhada das questões e críticas levantadas por Franklin e Alan em relação à IASD.

Todas as menções à IASD na obra ocorrem debaixo do subtítulo “seitas”, com única exceção à menção entre as páginas 615-617, que ocorre no contexto do “estudo apologético” a respeito da doutrina da expiação em relação à doutrina da pessoa e obra de Cristo. A primeira referência à IASD ocorre na página 580. Após um parágrafo falando sobre a doutrina da expiação entre os mórmons, os autores escrevem cinco parágrafos falando de sua perspectiva sobre a doutrina “única” dos adventistas em relação ao tema supracitado. Os autores chamam o adventismo de movimento nesse contexto, mas a posição onde tal referência aparece deixa a nítida impressão de que os autores consideram a IASD como seita. Além disso, os próprios Mórmons e Testemunhas de Jeová, claramente identificados como formando “seitas” por toda a obra, também aparecem sob o subtítulo: “novos movimentos religiosos” (p. 705), o que demonstra que a linguagem movimento/seita pode ser intercambiável facilmente como sinônima dentro da obra dependendo do contexto.

Na página 761, porém, se diz que a visão adventista sobre o início da vida cristã é “uma posição intermediária entre as seitas e a fé evangélica”.

.....

<sup>2</sup> Os autores afirmam: “Iremos afirmar um argumento a favor do cristianismo e *atacar o sistema dos incrédulos* através de uma comparação entre ambos” (p. 15, grifo nosso).

<sup>3</sup> A frase original diz: “o próprio Jesus disse que *a salvação depende de se ter a doutrina* correta sobre sua pessoa”. Em seguida cita-se João 8:24. A conclusão é que “quem nega a divindade de Cristo não pode ser salvo”. O arremate da argumentação alerta os leitores de que “a salvação não é apenas questão de [ter] doutrina correta, mas a doutrina correta sobre os pontos básicos da fé é essencial [para a salvação]” (p. 26, grifo nosso).

Aqui parece haver um desejo de distanciar um pouco a doutrina adventista da posição das seitas. Adiante, a questão atinge contorno contraditório mais nítido. Mesmo citando sistematicamente a Igreja Adventista sob a seção que identifica a discussão sobre a teologia das “seitas”, os autores dizem que “embora [a IASD] *não seja uma seita* [...], os adventistas [...] acabam por cair na heresia” (FERREIRA; MYATT, 2007, p. 829-830). Também se diz que na questão do milênio “o ensino dos adventistas, por exemplo, mostra uma visão diferente da mencionada pelas seitas” (p. 1098).

Por fim, falando sobre a doutrina das últimas coisas e perspectivas sobre a volta de Jesus, os autores citam Antony Hoekma (*the four major cults*, p. 90-92), que defende a inclusão da IASD como uma das quatro grandes seitas ao lado dos Mórmons, das Testemunhas de Jeová e da Cientologia, afirmando que “algumas seitas têm suas raízes no movimento de William [Guilherme] Miller”. Os autores identificam com esse último ponto as Testemunhas de Jeová e suas profecias a respeito da segunda vinda para 1914, e terminam suas considerações nesse quesito concluindo que tais profecias esdrúxulas são “parecidas” com a doutrina adventista do “juízo investigativo”.<sup>4</sup>

Se, porém, avaliarmos as definições teológicas fundamentais oferecidas para a identificação de uma suposta “seita” na obra<sup>5</sup>, precisaremos concluir que a IASD só pode ocupar tal posição caso sua teologia e história sejam amplamente mal

.....

<sup>4</sup> Todas essas citações à IASD serão retomadas a partir de outras perspectivas. As acusações teológicas serão tratadas mais detalhadamente adiante.

<sup>5</sup> As definições teológicas são estas: a crença na insuficiência da Bíblia como revelação, daí a necessidade de complementação do que a Bíblia diz (p. 89-90); a existência de dons espirituais que possibilitam instrução entre Deus e a humanidade além daqueles contidas no cânon de forma a enfraquecer ou dividir a autoridade bíblica (p. 125-127); a postura em chamar o(a) líder da seita de “pai” ou “mãe” (p. 230); a negação de alguma dimensão da doutrina da Trindade (p. 246-247; 485-486; 530-531; 662-663); a dificuldade com a criação ex-nihilo (p. 285-286); a postura em exaltar a autonomia humana em oposição à soberania divina (p. 299); o papel significativo de anjos, demônios ou espíritos (p. 352-353); a defesa da preexistência da alma de cada ser humano em relação à sua existência terrestre (p. 414); problemas com a doutrina da expiação [calvinista] (p. 580-581); negação da ressurreição física (p. 629-630); problemas com a doutrina da salvação de forma geral e em relação à doutrina da eleição [calvinista] (p. 705-706; 760-762); legalismo, sinergismo e “negação da graça” (p. 829-830); misticismo (p. 838-840); crença exclusivista numa única igreja ou organização que preserva a doutrina e o culto verdadeiros, não tendo uma noção bíblica do reino de Deus à luz de uma eclesiologia saudável (p. 1015-1016; 1037-1038); a visão apocalíptica do fim do mundo (p. 1097-1098); especulações e marcações de datas para o evento da volta de Jesus e origem relacionada ao movimento milerita (p. 1150-1151).



interpretadas a fim de serem transformadas num espantalho. Além disso, as definições das características gerais de uma seita (autoritarismo; oposicionismo; exclusivismo; legalismo; subjetivismo; complexo de perseguição; disciplina reprovadora; esoterismo e anticlericalismo), tiradas da obra do sociólogo Ronald Enroth (p. 917-918), são interessantes por poderem ser aplicadas criticamente e em grande medida à própria igreja cristã primitiva. As definições dadas pelos autores de cada um desses itens revelam que o cristianismo primitivo mais autêntico tinha alguns traços bem definidos do que seria considerado uma "seita"<sup>6</sup> pelos evangélicos brasileiros na atualidade. Por exemplo, o autoritarismo é definido, dentre outras coisas, como a condição de um grupo que acredita ter "um líder carismático que supostamente tem a capacidade de receber revelação especial de Deus ou exercer controle sobre forças espirituais" (p. 917). Talvez, seria desnecessário dizer que Jesus era um líder com tais características na visão da igreja primitiva. Outros exemplos poderiam ser dados.

Nota-se, portanto, um tratamento contraditório da identidade adventista na obra, ora insinuando claramente sua condição como "seita", ora relativizando essas mesmas insinuações com evasivas ou inclusive com negações explícitas dessa insinuação, o que é bastante confuso. A partir de agora passaremos a avaliar as questões teológicas em si.

## As doutrinas da IASD supostamente equivocadas

As críticas à teologia adventista na obra que estamos avaliando se resumem em polêmicas relacionadas às seguintes doutrinas: a expiação (p. 580-581; 615-617); a justificação pela fé/grça e o julgamento pelas obras/lei (761-762; 829-830); a volta de Jesus e o fim do mundo (1097-1099; 1150-1151). É interessante notar que em praticamente todos os casos os autores chamam a atenção de forma crítica

.....

<sup>6</sup> Porém, em minha visão, como adventistas do sétimo dia devemos evitar a tentação de usar At 24:14 e 28:22 para tentar polemizar em torno de própria autoidentificação de Paulo como membro orgulhoso de uma "seita". O ponto é que, na teologia evangélica, o termo é usado de forma sociológica e não teológica, e certamente não com a mesma conotação que a palavra foi usada pelo apóstolo dos gentios.

à doutrina do “juízo investigativo” (ver p. 580-581; 615-617; 762; 830; 1151). Adiante passaremos a avaliar as críticas sobre cada ponto específico.

## A doutrina da expiação

### *As acusações*

Franklin Ferreira e Alan Myatt falam que a compreensão adventista da expiação é “única” (p. 580). Eles comentam aquilo que pretendem ser a própria doutrina adventista afirmando, dentre outras coisas, que: “[...] em 1844, Jesus começou a segunda etapa se sua obra de expiação ao entrar no santuário celestial no céu e iniciar o juízo investigativo” (p. 580); o perdão dos pecados só acontece “no juízo investigativo, e não antes”; assim “a justificação das pessoas não é recebida quando elas têm fé, mas somente após o resultado do juízo investigativo”; e em função da ideia da “imputação dos pecados ao chamado ‘bode azazel’ [...] em sua doutrina da expiação, é Satanás quem, no fim, paga a pena pelos pecados do mundo” (p. 581).

É dito também que “o ensino de Ellen G. White sobre o juízo investigativo é um sério desvio da doutrina bíblica da expiação” (p. 615). A argumentação é que tal ensino “representa um ataque sutil contra a suficiência da obra de Cristo na cruz, ao insinuar que, para realizar a expiação, é necessária outra obra suplementar” (p. 615). Outro ponto defendido pelos autores é que “a necessidade de investigar cada obra da pessoa, para verificar se houve arrependimento por *aquele* pecado específico, é algo muito parecido com a ideia da salvação através das boas obras” (p. 615, grifo no original). A conclusão dos autores sobre esse último ponto é que nesses termos “o arrependimento seria uma obra que merece o perdão, e quaisquer pecados esquecidos teriam o potencial de minar a salvação da pessoa” (p. 615).

Os autores se levantam contra a ideia de um “juízo investigativo de cristãos, de pessoas que supostamente colocaram sua fé em Cristo” e concluem que “parece que, para White, a fé em Cristo não é suficiente para alcançar a salvação”, pois seriam “necessárias obras de arrependimento, cada vez que um pecado é cometido, antes que Jesus possa expiar os pecados do crente” (p. 615). De forma contundente se afirma que “a doutrina do juízo investigativo mina a eficácia da expiação”, o que seria confirmado “ao se examinar as implicações da doutrina do bode Azazel” (p. 615). Tais implicações seriam as seguintes: “a morte de Cristo não é suficiente para cancelar e levar embora os pecados do mundo”; “a obra da redenção não é terminada até que o diabo leve nossos pecados”; “a ira de Deus evidentemente não é aplacada pelo sangue de Jesus”; se Satanás tem que pagar pelos seus próprios pecados e pelos pecados dos cristãos “a penalidade não foi paga de modo adequado por Cristo”.



A seção que trata da doutrina adventista em relação à expiação é concluída com afirmações sobre a insegurança de um cristão de sua justificação/salvação em função do juízo investigativo. Também se defende a implicação de que na visão adventista o próprio Cristo não poderia conhecer de antemão a identidade de suas ovelhas enquanto tal juízo não seja finalizado (ver Jo 10:27). Por fim, se afirma que “a doutrina de Ellen G. White modifica totalmente a doutrina da expiação, de tal forma que seu ensino não é consistente com o evangelho da graça” (p. 617).

## As respostas adventistas

As respostas a essas considerações serão oferecidas de forma sucinta e direta, tanto quanto possível em função da natureza do tema em questão. A singularidade da posição adventista no mundo cristão em relação à doutrina da expiação é fruto de profundo estudo da Bíblia e não de uma cega adesão à supostas posições heréticas da parte de Ellen G. White. A Bíblia diz que os sacerdotes do santuário terrestre de Israel “ministram em figura e sombra das coisas celestes” (Hb 8:5) de acordo com aquilo que foi revelado por Deus. Ao estudarmos o sistema de expiação que ocorria no santuário em função desta revelação vemos um quadro muito mais amplo e rico do que aquele que a teologia de certos evangélicos presume.

Na própria obra que estamos avaliando, se diz que “a questão da expiação pode ser abordada através de um estudo de algumas palavras importantes do texto hebraico” (p. 594). As palavras indicadas pelos autores são כָּפַר (“cobrir; expiar; propiciar; pacificar” [VINE et al., v. 1, p. 10]), הִפְדָּה (“atingir a transferência de propriedade através do pagamento de um preço ou substituto equivalente” [HARRIS et al., p. 716]) e לָאָהַר (“redimir; entregar; vingar” [HARRIS et al., v. 1, p. 194]).

As palavras הִפְדָּה e לָאָהַר não têm grandes implicações para as polêmicas criadas por Franklin e Alan em torno da visão adventista da expiação, mas é importante notar que o termo כָּפַר (na maioria das vezes traduzido como “expiar/fazer expiação” [ARA], mas também como “calafetar” [Gn 6:14], “aplar” [Gn 32:21], “resgate” [Ex 21:30], “propiciar” [Ex 32:30] “apaziguar” [Pv 16:14], “perdoar” [Is 6:7] etc.) é usado para expressar a noção de “expiação” no momento do sacrifício (Lv 1:4), mas também para indicar a “expiação” que ocorria em função da manipulação/aplicação do sangue *após* o momento do sacrifício em si (Lv 6:30; 8:15; etc.) e ainda para descrever a “expiação” como parte do processo envolvendo o bode que não derramava seu sangue (Lv 16:10). Portanto, a noção de “expiação” na Bíblia, segundo as próprias expressões recomendadas pelos críticos do adventismo, claramente não pode ser resumida à questão do sangrento sacrifício em si, mas vai muito além dela, incluindo-se as questões da mediação/aplicação posterior do sangue do sacrifício derramado para o perdão dos pecados e a ideia da eliminação

final do pecado prefigurada no ritual de Levítico 16, mesmo “sem derramamento de sangue” (ver Hb 9:22). Holbrook (2002, p. 82) fala de: (1) sacrifício; (2) aplicação do sangue/intercessão e (3) juízo final para descrever a tríplice referência aos pontos principais da teologia da expiação na Palavra de Deus.

O livro *Questões sobre doutrina* (2009), originalmente lançado na década de 1950 nos Estados Unidos da América, é um marco fundamental no diálogo inter-religioso adventista e trata amplamente com as questões evangélicas de perspectiva calvinista em relação à nossa teologia.<sup>7</sup> Na seção que trata da doutrina da expiação (p. 250-316; 468-492) o livro diz que a ideia de que “na cruz foi efetuada uma completa [todo-suficiente] expiação” é uma colocação que “todos os verdadeiros cristãos concordam de bom grado” (p. 250). A ressalva, porém, é que, além da dimensão sacrificial, “a expiação possui significado muito mais amplo”, uma vez que “no antigo ritual alegórico do santuário são apresentados outros aspectos da expiação” (p. 251). A IASD defende ter visão mais ampla do conceito de expiação do que os evangélicos em geral, incluindo em sua compreensão do tema o sacerdócio de Cristo no santuário celestial (Hb 8:1-5) e a erradicação final do pecado após o juízo de investigação (Lv 16:20-22; cf. Ap 20:11-15); mas em sua percepção, isso “não deprecia de maneira nenhuma a completa eficácia da morte do filho de Deus, uma vez por todas, pelos pecados dos homens” (p. 254).

A defesa da fé adventista avança afirmando que o conceito de “expiação” é análogo ao conceito de “salvação” ou “redenção”, contendo elementos já completados no passado (At 15:11; Is 43:1), em andamento no presente (At 2:47; ver Zc 10:8) ou a serem terminados somente no futuro (Rm 5:9-10; ver Rm 8:23; Lc 21:28). Dessa forma, a igreja adventista defende a posição de que “a expiação abrange não só o ato transcendente da cruz, mas também os benefícios do sacrifício de Cristo que são constantemente aplicados aos que

.....

<sup>7</sup> Dessa forma, é um triste retrocesso o fato da “Teologia Sistemática” de Franklin Ferreira e Alan Myatt tratar desses assuntos em completo silêncio diante das respostas diretas formuladas já há mais de cinco décadas pela IASD. A ressalva de que o espaço disponível não permitia um “estudo completo ou aprofundado” no estudo comparativo entre as religiões, movimentos e “seitas” (p. 26) não justifica essa postura claramente obscurantista em termos acadêmicos e espirituais. O resultado é que a obra termina por perpetuar inverdades e mitos já há muito desmascarados e superados e insiste em passar aos seus leitores uma impressão caricaturizada e incorreta da teologia adventista, postura essa que era facilmente corrigível por parte de seus autores por terem fácil acesso às respostas adventistas às suas impressões e conclusões críticas que não são nada originais ou novas. Ainda que os autores pudessem discordar de vários aspectos das respostas oferecidas pela IASD e tenham pleno direito de defender sua visão particular de questões específicas, a ausência de referências às respostas adventistas e a falta de iniciativa em tratar as questões a partir da consideração dessas respostas demonstra simples desconhecimento de causa ou desonesto ocultação de evidência relevante, o que desqualifica sua obra em grande medida.



dele necessitam. E isso continuará até o fim do tempo da graça” (p. 259). Por isso a IASD defende que “Cristo está fazendo expiação agora” no sentido de estar “fazendo aplicação dos benefícios da expiação sacrificial que efetuou na cruz” pelos pecadores dos que creem no seu nome no momento presente (p. 260). O mesmo raciocínio lida de forma eficaz com o momento do recebimento do perdão dos pecados. O fato de crermos na necessidade de uma “confirmação” do perdão aos salvos para além da experiência passada em direção ao desenrolar adequado das cenas finais da história humana não nega nossa plena aceitação de que o perdão é realidade já presente desde o momento em que o pecador recebeu a Cristo como Senhor e Salvador de forma sincera (Jr 33:8; Ef 6:24; 1 Jo 1:9). Ellen G. White, citada muitas vezes na obra de Franklin e Alan como representando a mais pura teologia adventista, por sua vez, diz: “se confessamos os nossos pecados, precisamos crer que *foram perdoados*, pois a promessa é positiva” (WHITE, 1979a, p. 87); “não há pecado que [Deus] não possa perdoar mediante o Senhor Jesus Cristo. Essa é a única esperança do pecador; e se nela *se apegar com fé sincera, pode estar certo do perdão, pleno e livre [...]* [e] os mais negros pecados *são perdoados*” (WHITE, 1958, p. 102). “Precisamos tornar-nos expositores da eficácia do sangue de Cristo, por meio do qual *foram perdoados os nossos próprios pecados*” (WHITE, 1988, p. 294). Muitas citações semelhantes poderiam ser elencadas aqui, mas basta reconhecer que nenhuma palavra sobre a incompletude do “juízo investigativo” tem força para anular essas percepções na mentalidade adventista.

17

Os autores do livro *Questões sobre doutrina* também demonstram que a identificação de Azazel em Levítico 16 com Satanás não é interpretação exclusivamente adventista em função de nenhuma compreensão específica de Ellen G. White a respeito da questão, mas foi proposta também de forma independente da fé adventista, inclusive por vários teólogos reformados como J. Russel Howden, Samuel M. Zwemer, E. W. Gengstenberg, J. B. Rotherdam, William Milligan, James Hastings, William Smith, dentre vários outros. Portanto, defendemos claramente que em função do bode para Azazel não derramar seu sangue, “Satanás não faz expiação por nossos pecados” ainda que não achemos necessário esconder que em nossa compreensão o inimigo de toda a justiça “terá de sofrer finalmente o castigo retribuidor por sua responsabilidade nos pecados dos homens, tanto justos como ímpios” em termos de *expiação* (em consonância com a linguagem bíblica)<sup>8</sup>. Ainda assim, “os adventistas do sétimo dia

.....

<sup>8</sup> Veja que na Bíblia, a linguagem da “expiação” é usada também no contexto da eliminação de “ofensores incorrigíveis” do meio do povo de Deus em função de sua rebelião. Fineias “*fez expiação* pelos filhos de Israel” através de sua atitude de eliminar aqueles que desafiaram a Deus de forma imperdoável no deserto (Nm 25:10-13, grifo nosso, ver Mt 12:31). Satanás também será eliminado da existência (Ez 28:18-19; Ap 20:10, 14-15). A linguagem da expiação, caso aplicável, seria análoga ao exemplo anterior.

rejeitam *inteiramente* qualquer ideia, sugestão ou inferência de que Satanás seja o portador dos nossos pecados” em sentido redentor/salvífico (p. 290, grifo no original). Aqui não há a mais leve indicação de que Cristo tenha deixado de realizar uma “obra adequada” em sua encarnação, vida perfeita, morte e ressurreição que necessitasse ser complementada por uma obra da parte de Satanás. O que ocorre na “expição” através do juízo final não é uma finalização da obra de salvação da parte do maligno, mas o juízo definitivo e irreversível de Deus sobre a “raiz” do pecado (Mt 4:1).

Que a compreensão adventista da doutrina da expiação em relação do “juízo investigativo” seja um “ataque sutil contra a suficiência da obra de Cristo na cruz” é uma percepção que aparentemente flui mais de uma “suspeita maligna” em relação à teologia adventista (1 Tm 6:4) do que de uma interpretação coerente da posição declarada abertamente pela IASD.

Nas crenças fundamentais da denominação se afirma inequivocamente que “embora ainda permaneça um registro de pecados das pessoas, como resultado da reconciliação [em função da expiação realizada pelo sacrifício substitutivo de Cristo na cruz] Deus não considera esses pecados contra seus praticantes” (NISTO CREMOS, p. 140), pois “*através do sacrifício de Cristo o pecado é expiado*” (p. 141, grifo nosso). Ellen G. White também fala da imarcescível eficácia da cruz: “a cruz de Cristo é justamente tão eficaz agora como o era nos dias de Paulo” (WHITE, 1955, p. 231), e não há nenhuma indicação de que ela via tal eficácia ameaçada em qualquer tempo futuro, uma vez que em sua compreensão “a cruz de Cristo será a ciência e cântico dos remidos por toda a eternidade” (WHITE 1991, p. 379). É inequívoco que na teologia adventista “a cruz foi erguida para salvar o homem” (WHITE, 1991, p. 304) e “o precioso sangue de Jesus é todo eficaz” (WHITE, 1961, p. 116).

Uma “incompletude” ou “insuficiência” da obra realizada na cruz na visão adventista, portanto, nada pode ter que ver com os méritos ou com a suficiência do sacrifício de Cristo em si para a salvação da humanidade, mas unicamente com a ministração dos benefícios da morte de Cristo que ainda estão “em processo” na redenção de pecadores em sentido individual. cremos que a morte de Cristo foi suficiente para a salvação eterna de todos os seres humanos que já viveram, vivem ou viverão no planeta terra, sem nenhuma exceção sequer,<sup>9</sup> mas cremos que a salvação só será efetivada na vida daqueles que receberem “graça, mediante a fé” (Ef 2:8).

Além disso, rejeitamos completamente a mais leve implicação de que nossa compreensão do juízo conduza a “algo muito parecido com a ideia da salvação

.....

<sup>9</sup> Rejeitamos como equivocada e ímpia a tentativa da teologia reformada/calvinista de explicar o desejo divino de salvação universal (1 Tm 2:4; 2 Pe 3:9) como significando “todos os homens sem distinção” ao invés de “todos os homens sem exceção”.



através das boas obras”. Ellen G. White representa, de fato, o pensamento adventista quando afirma que

não há um ponto que necessite ser realçado com mais diligência, repetido com mais frequência ou estabelecido com mais firmeza na mente de todos do que *a impossibilidade de o homem caído merecer alguma coisa por suas próprias e melhores boas obras. A salvação é unicamente pela fé em Jesus Cristo* (WHITE, 1979b, p. 19).

Essa última citação, dentre várias outras com conteúdo e espírito semelhantes, torna claro que a conclusão de que aparentemente “para Ellen G. White, a fé em Cristo não é suficiente para a salvação” só pode ser uma péssima leitura daquilo que ela afirma.

A implicação de que na visão adventista “o arrependimento seria uma obra que merece o perdão” (FERREIRA; MYATT, 2007, p. 615) é falsa. Blazen (2011, p. 331) afirma que “o arrependimento é um dom [At 5:31; 11:18] no sentido de ser uma reação divinamente influenciada pela promessa de salvação oferecida pelo Deus de amor e graça”. Ellen G. White, por sua vez, afirma:

É verdade que precisa haver arrependimento antes que haja perdão; mas o pecador precisa ir a Cristo antes de poder achar arrependimento. [...] O arrependimento é tão certamente um dom de Jesus Cristo como é o perdão. Não o podemos experimentar sem Cristo; pois é o arrependimento de que Ele é autor que serve de base a nosso pedido de perdão. É pela obra do Espírito Santo que homens são levados ao arrependimento. É por Cristo que vem a graça da contrição, da mesma maneira que o dom do perdão, e o arrependimento da mesma maneira que o perdão dos pecados só é recebido mediante o sangue expiatório de Cristo (WHITE, 1964, p. 109).

Quanto à percepção aparentemente piedosa (ver 2 Tm 3:5) de que a visão da IASD estaria equivocada por indicar que “pecados esquecidos teriam o potencial de minar a salvação da pessoa” (FERREIRA; MYATT, 2007, p. 615), afirmamos que tal impressão é fruto de ampla gama de interpretações equivocadas da teologia bíblica. Cremos em plena harmonia com a mensagem da Palavra de Deus que “todo pecado será perdoado aos homens”, ainda que haja um pecado imperdoável (Mt 12:31). A seriedade que essa ideia imprime na condenação de um pecador em função de pecados plenamente perdoáveis em primeira instância é agudíssima. Não há indisposição alguma da parte de Deus em perdoar “todo” pecado, mas há limite ao



abuso da liberdade humana em pecar, uma vez transposto esse limite não há mais retorno (Jr 15:16). A sugestão de que um pecador redimido por Cristo na cruz possa ser condenado por aparentes trivialidades como simplesmente “esquecer” de pedir perdão por um pecado específico é infame e representa uma leitura extremamente superficial da doutrina adventista. Mais infame ainda é a aparente sugestão de que o pecado, no final das contas, pode ser algo tão insignificante que inclusive seria injusto da parte de Deus condenar o pecador pelo “simples” descuido do pecador em “se esquecer” de se arrepender de um pecado “qualquer” (ver Lc 13:1-15; Rm 11:21; 2 Pe 2:4-5). Cremos que a teologia bíblica nos dê amplo suporte para afirmar que para tais tipos de insinuações não há desprezo suficiente.

A necessidade de manifestar “obras dignas de arrependimento” é uma mensagem claramente bíblica (At 26:20) que não é de forma alguma diminuída em função de ser necessária “cada vez que um pecado é cometido” (p. 615); caso contrário, quem estabeleceria o limite para que um ser humano pudesse pecar sem precisar se arrepender *a cada pecado*? O que poderia estar por trás das relativizações dessa natureza fomentadas por Franklin e Alan em relação a tais temas? A justificação do pecado além da justificação do pecador? Talvez.

20

Quanto à segurança da salvação à luz da teologia adventista da expiação, podemos dizer que a doutrina bíblica de que Jesus Cristo morreu por todos os seres humanos sem exceção (“um morreu por todos”; 2 Co 5:14) nos dá a certeza absoluta do amor salvador de Deus por nós como indivíduos (1 Jo 4:19) e nos maravilha diante da gratuidade da salvação através da redenção que há em Cristo Jesus (Rm 3:23-24). Nesses termos, há amplo espaço para que o crente tenha “certeza” de sua salvação em plena confiança na graça de Deus mediante a fé em Cristo. Nossas crenças fundamentais afirmam que, permanecendo em Cristo, “tornamo-nos participantes da natureza divina e temos a certeza da salvação agora e no juízo” (NISTO CREMOS, p. 149). Ainda assim, como cristãos, estamos cientes dos alertas bíblicos de que a verdadeira fé não é uma mera crença (ver Tg 2:19) e demanda, dentre outras coisas, “sinceridade” (Ef 6:24) e “perseverança” (Mt 24:13; ver Hb 6:4-8). Isso nos faz lembrar com temor da realidade da perversidade do nosso coração (Jr 17:9) e da realidade de nossos pecados (Ec 7:20), bem como do perigo de se “viver no pecado após o pleno conhecimento da verdade” (Hb 10:26-31). Assim é que cremos ser prudente deixar o juízo definitivo sobre a salvação ou perdição dos seres humanos unicamente nas mãos do Onisciente (Tg 4:12).

Em um amplo artigo lidando com questões relacionadas à tensão teológica bíblica entre “justificação pela fé e juízo pelas obras”, trabalhando diretamente com a compreensão adventista do “juízo investigativo”, Blazen (2010, p. 259) diz que “o crente pode ter certeza da salvação se sua resposta a Cristo é ‘sim’. Não há certeza



em dizer ‘não’ para ele [...], [pois] o fundamento apropriado da verdadeira certeza é aceitar a Cristo”. Ellen G. White, por sua vez, afirma que “só há segurança em Cristo” (WHITE, 1973, p. 106). Portanto, a polêmica de Franklin e Alan sobre a doutrina adventista do juízo investigativo por supostamente ameaçar a “segurança da salvação” me parece servir somente como um desvio de foco de um problema bem maior. Na própria visão reformada/calvinista, ninguém pode saber com certeza quem são os predestinados/eleitos de Deus, uma vez que Jesus supostamente não teria morrido por todos os seres humanos sem exceção, mas apenas por seus escolhidos, garantindo a salvação unicamente destes (HORTON, 2014, p. 104; 109-133). Aliando isso com as implicações inescapáveis das doutrinas da “eleição incondicional” e da chamada “graça evanescente” de João Calvino (CALVIN, 1997, v. 3, p. 34-37, c. 2.), torna-se impossível afirmar com “certeza” quem são os salvos enquanto o juízo final não revelar quem realmente “teve a fé verdadeira” e “perseverou até o fim”, demonstrando insofismavelmente sua eleição/salvação em instância inquestionável. Até lá, qualquer “certeza da salvação” por parte do cristão individual será unicamente a manifestação de alguma forma de “convicção pessoal” da própria eleição, mas isso não garante de forma nenhuma a realidade da eleição em si, especialmente (mas não somente) pelo conceito da “incondicionalidade” que torna nulas quaisquer tentativas de estabelecer critérios para tentar identificar um “eleito”.

21

Sobre a suposta implicação de que o conceito do “juízo investigativo” resultaria no desconhecimento da parte de Cristo da identidade de suas ovelhas, só podemos lamentar uma interpretação tão estreita por parte de nossos acusadores. Nossas crenças fundamentais afirmam a crença na verdade bíblica da onisciência absoluta de Deus (NISTO CREMOS, p. 31)<sup>10</sup>, e nossa teologia do juízo jamais se levantou contra isso nem de forma direta nem por implicação.<sup>11</sup>

Sobre a suposta inconsistência da “doutrina de Ellen G. White” com aquilo que foi chamado de “evangelho da graça” (FERREIRA; ALAN, 2007, p. 617), nos limitamos a citar o pensamento dela mesma que cremos ser mais abalizado para dar entendimento de sua “doutrina” do que aquilo que críticos desinformados ou mal-intencionados falem: “*Tudo* devemos à graça, *abundante graça, graça soberana*. A graça ordenou nossa adoção [...], efetuou nossa redenção, regeneração e adoção a co-herdeiros de Cristo. Manifeste-se aos outros esta mesma graça” (WHITE, 1991, p. 231, grifo nosso).

.....

<sup>10</sup> O texto diz: “Ele [Deus] é Onisciente, pois conhece todas as coisas (Jó 37:16; Sl 139:1-18; 147:5; 1 Jo 3:20). Na qualidade de Alfa e Ômega (Ap 1:8), Ele conhece o fim desde o princípio (Is 46:9-11)”.

<sup>11</sup> A tensão entre onisciência de Deus e juízo investigativo será mais diretamente trabalhada adiante.

## A doutrina da justificação pela fé e o julgamento pela lei

### As acusações

Franklin Ferreira e Alan Myatt declaram que, enquanto, por um lado, a IASD defende em suas crenças fundamentais que “através da fé a pessoa recebe a salvação e é justificada diante de Deus”, por outro lado a IASD afirma “que os escritos de Ellen G. White são fonte autoritativa de verdade” (p. 762). Uma suposta relação entre essas duas ideias serve para fundamentar as conclusões de que tal crença nos escritos de Ellen G. White é “a fonte dos problemas” dos adventistas, pois ela estaria ensinando a ideia de que através do “juízo investigativo” haveria a possibilidade da perda da salvação para quem não confessava seus pecados diante de Deus, o que supostamente é uma heresia na visão desses críticos do adventismo. Essa seção do livro é concluída com a ideia de que o uso da lei de Deus como critério do julgamento divino faz com que as pessoas sejam erroneamente ensinadas a guardar a lei de Deus (especialmente o sábado) a fim de “se manterem salvas”. A conclusão é que tais argumentos demonstram que “assim, os adventistas enfatizam o legalismo ao invés da graça de Deus”. Um artigo de Paulo Cristiano sobre “a doutrina da salvação pelas obras no meio adventista” é indicado aos leitores como material para aprofundamento dos estudos em torno da questão (p. 762).

Afirma-se claramente que as refutações do “sinergismo” evangélico são aplicáveis às “seitas” (p. 829), e se diz que “o ensino do juízo investigativo” contradiz o próprio ensinamento adventista sobre a graça, e conclui-se que dessa forma os adventistas terminam caindo “na heresia”. A ideia é que apesar de “falar sobre a graça”, o adventismo apresenta uma “graça insuficiente para completar a obra de salvação”, uma vez que é necessário acrescentar boas obras e obediência a regras extrabíblicas para se conseguir a salvação (p. 830).

### As respostas adventistas

Apesar de a seção anterior de nosso artigo ser bastante útil para responder a amplas porções das questões aqui formuladas, é necessário esclarecer e enfatizar melhor alguns pontos importantes sobre esses tipos de percepções da teologia adventista.

É imperativo, primeiramente, deixar claro que não há *nenhum* paralelo ou relação entre a doutrina da justificação pela fé e a do dom profético de Ellen G. White que possa conduzir necessariamente às conclusões advogadas nas acusações resumidas acima. 1) A possibilidade de alguém perder a salvação em função do não arrependimento de pecados; 2) a lei de Deus com ênfase especial nos dez mandamentos como critério da justiça e do juízo; 3) o que uma pessoa deve fazer para “se manter salva”; 4) o sinergismo; 5) a compreensão correta da natureza e manifestação da graça salvífica e 6) a existência de regras extrabíblicas



“para a salvação” são questões independentes em si mesmas e já geraram inúmeras discussões entre grupos judaicos e cristãos muito antes de Ellen G. White e a IASD sequer existirem. Ainda assim, rejeitamos completamente a sugestão de que a complexidade ou singularidade do pensamento adventista em torno dessas ideias, que são discutidas em torno de questões fundamentalmente bíblicas, sejam fruto de “problemas” relacionados à Ellen G. White. Como igreja protestante de linha arminiana/wesleyana, somos herdeiros do pensamento judaico-cristão em termos bíblicos e históricos em sentido amplo e nos posicionamos com consciência diante das correntes cristãs conflitantes em torno desses assuntos.

A “perda da salvação” só é questão polêmica em função das interpretações tradicionais calvinistas cegamente aceitas que, afinal, correspondem muito mais à filosofia humana informada por temas e textos bíblicos aparentemente favoráveis ao seu entendimento do que à realidade dos fatos em horizonte mais amplo. Tal ideia não representa dificuldade insuperável da perspectiva bíblica na amplitude de seu testemunho. Apesar das exegeses calvinistas que pretendem relativizar os textos bíblicos que demonstram a falsidade de suas premissas e conclusões, é simples fato que a possibilidade do irmão fraco por quem Cristo morreu vir a “perecer” (1 Co 8:10) é afirmação clara sobre o ponto em questão, bem como a apostasia e infidelidades em Hebreus 6:4-5 e 10:26-31. A postura dos falsos mestres em “renegar o Senhor que os resgatou” (2 Pe 2:1) e sua consequente perdição também é muito contundente. Outros exemplos poderiam ser oferecidos para ilustrar tal compreensão bíblica.

Além disso, se realmente a ideia de que a lei de Deus forma o critério que define a norma do juízo final, que inclui uma “investigação” das obras humanas, for uma doutrina herética que simplesmente nega a justificação pela fé, temos então um problema extremamente sério na Palavra de Deus. Além da “justificação pela fé” (Rm 3:24; Gl 2:16-17; 3:24), a Bíblia também afirma inequivocamente a retribuição divina em forma de juízo ou recompensa diretamente relacionada às obras humanas (Mt 16:27; 25:31-46; Tg 2:22; Ap 20:13; 22:12); também lemos sobre o julgamento que ocorrerá sob o padrão da “lei da liberdade”, identificada claramente como incluindo os dez mandamentos enquanto unidade inquebrantável e imutável, inclusive em seus pormenores (Tg 2:10-12; ver Mt 5:17-18); por fim, a abertura dos “livros” que contém o registro de todas as ações humanas em juízo também é doutrina bíblicamente inquestionável (Dn 7:10; Ap 20:12).

Estamos cientes, talvez mais do que a maioria dos cristãos, a respeito das polêmicas que envolvem a guarda do sábado nessa ampla estrutura de pensamento teológico, mas nem por um instante tais polêmicas representam fielmente uma questão de litígio hermenêutico ou espiritual entre “crentes na Bíblia” versus “crentes em Ellen G. White”. A mensagem da santidade do sábado do sétimo dia é tradição



que remonta à própria criação do mundo e está presente na forma de revelação direta da vontade de Deus para a humanidade inteira em forma de lei, e isso de forma explícita e implícita por toda a Palavra do Senhor (ver Gn 2:1-3; Ex 20:8-11; Is 56:6-7; 58:13-14; Mt 12:1-15; Mc 1:20; 2:27-28; Lc 4:16; Jo 5:1-16; At 13:43; Ap 14:6-13). Negar essa realidade é negar a própria mensagem bíblica, independentemente de qualquer palavra jamais escrita por Ellen G. White.

A “manutenção da salvação” por parte de quem é salvo pela graça através da fé também é parte das questões polêmicas no mundo cristão em geral. A conclusão de que a salvação é muito simples e fácil a quem está perdido, resumindo-se a uma questão de pura graça a ser recebida pela fé pode tornar-se nebulosa na mente de muitas pessoas à medida que o salvo *tem* que manifestar “boas obras” (Ef 2:10) e “perseverar até o fim” (Mt 24:13), dentre outras coisas. A necessidade e natureza de tais boas obras e perseverança facilmente são transformadas em mensagens de teor mais ou menos “legalistas” em muitas igrejas, comunidades e famílias cristãs de diversas tradições e confissões religiosas, não excluindo as pessoas provenientes de comunhões reformadas/calvinistas. Mesmo a exclusão do mandamento do sábado, como parte das “obrigações” do cristão já salvo, não elimina essa problemática de dentro das igrejas, pois todas as igrejas têm suas regras de comportamento que envolvem algum grau de fidelidade a certos elementos da lei de Deus. O ponto é que, se realmente pudermos argumentar que a *necessidade* de guardar o sábado transforma a graça de Deus em “legalismo”, a *necessidade* de ser fiel na direção de praticar qualquer obra/comportamento de acordo com qualquer mandamento da lei de Deus termina por fazer o mesmo logicamente. Se assim for, a pregação da necessidade de uma vida honesta e cristã em sentido ético, que demande harmonia com um ou mais princípios dos dez mandamentos, é “legalismo”, e então o fruto dessa argumentação é a abolição prática de todas as restrições morais da lei de Deus na vida do “salvo” não somente na questão da guarda do sábado, mas em todos os seus pormenores. Instituído-se, assim, a transgressão como única “regra” de vida daquele que deseja estar livre de “legalismos”. De nossa parte, como igreja, simplesmente afirmamos o paradoxo que Deus “não nos salva pela lei, nem nos salvará na desobediência à lei” (WHITE, 1979b, p. 95-96). Isso indica que não somos nem legalistas/perfeccionistas nem antinomistas. White (1973, p. 329) representa a visão adventista quando afirma: “não há nenhum acordo feito conosco pelo qual possamos reivindicar uma parte na nossa salvação em virtude de nossas boas obras. Salvação é dom gratuito ao crente, a ele concedido apenas por amor de Cristo”. “O plano da redenção começa e finda com um dom” (WHITE, 1988, p. 279). O artigo de Paulo Cristiano sobre “a doutrina da salvação pelas obras no meio adventista”, indicado por Franklin e Alan (p. 762), é o tipo de material que representa o que há



de pior na “apologética” evangélica contra a IASD em função de sua superficialidade e da forma como apresenta suas falsas deduções a partir de contradições aparentes entre a mensagem bíblica e os escritos de Ellen G. White. Por exemplo, Cristiano diz:

aqui estão alguns exemplos das mensagens de Ellen G. White que procuram anular completamente o Evangelho da graça de Cristo: “Já vi que não é fácil ser cristão. E muito fácil apenas professar o nome de cristão, mas é uma coisa maravilhosa viver a vida cristã. Todos serão julgados de acordo com as suas palavras e ações e não de acordo com a sua profissão de fé.” (Testemunhos para a igreja, v. 1 p. 454). “Suas palavras e atos o julgarão no último dia. Por eles você será justificado ou condenado. (Testemunhos para a Igreja, v. 2, p. 315)”.

O leitor busca em vão por qualquer explicação plausível sobre como essas citações de Ellen G. White supostamente estariam procurando “anular completamente o Evangelho da graça de Cristo”. O julgamento de acordo com as palavras e ações (obras) e a justificação pelas próprias palavras, por exemplo, são claramente afirmados na própria Bíblia (Ap 20:13; Mt 12:37). Portanto, se há alguma contradição entre essas ideias entre si, segue-se que a contradição é interna na Bíblia e não entre a Palavra de Deus e os escritos de Ellen G. White.

Outra citação, usada por Cristiano, pode dar impressão mais decisiva em favor da tese do autor admitida e divulgada por Franklin e Alan. A citação diz: “todo membro do corpo deveria sentir que a salvação de sua alma depende dos seus próprios esforços” (WHITE, 2005, p. 121). A salvação de alguém como dependente dos próprios esforços é um conceito aparentemente irrefutavelmente herético à luz da doutrina bíblica de que a salvação pela graça mediante a fé “não vem de nós” (Ef 2:8-9). O que muitas vezes os críticos deixam de notar com esse tipo de comparação entre a Bíblia e os escritos de Ellen G. White é que tanto a Palavra de Deus como os escritos da profetisa norte-americana são mais complexos em si mesmos do que se admite em grande medida em torno desse ponto. Percebe-se que Jesus ensina: “a tua fé te salvou” (Mt 9:22). Estaria o Senhor Jesus Cristo no grupo dos que negam a salvação pela graça mediante a fé como dom de Deus que não vem do ser humano? Estaria Ele ensinando aqui que é a fé dentro do ser humano que o salva? Pedro, por sua vez, exorta: “salvai-vos desta geração perversa” (At 2:40), passando a impressão de que é responsabilidade do homem “salvar-se” dessa geração perversa. Poderíamos polemizar contra a frase de Pedro afirmando que a salvação é dom da graça de Deus e o homem não pode “salvar-se” a si mesmo da geração perversa no meio da qual vive. O próprio Paulo que escreveu Efésios 2:8-9 escreve para Timóteo



dizendo assim: “tem cuidado de ti mesmo e da doutrina. Continua nestes *deveres*; porque, *fazendo assim, salvarás tanto a ti mesmo como aos teus ouvintes*” (1Ti 4:16). Timóteo se tornou em algum momento da história o salvador da humanidade (ou pelo menos de seus ouvintes) e de si mesmo? Além disso, Paulo amplia essa questão e não a lança somente sobre Timóteo. Falando à igreja dos Filipenses ele exorta: “operai vossa salvação com temor e tremor” (Fp 2:12). Paulo acredita, portanto, que um ser humano pode/deve operar sua própria salvação? Perceba que, da mesma forma que alguns veem contradição entre a frase de Ellen G. White sobre a salvação pelos próprios esforços e a mensagem bíblica da salvação pela graça, outros facilmente podem ver contradições no próprio registro bíblico sobre o assunto.

Ainda assim, a fim de harmonizar a aparente contradição na questão de forma geral, lembremos que Ellen G. White também afirma a incapacidade humana em salvar a si mesma ou mesmo em contribuir com sua salvação através de suas obras. Ela diz:

Necessitamos mais do Espírito de Deus, mais fé sincera, mais oração constante e fervorosa para que possamos discernir as graves imperfeições de nossas melhores obras e nossa completa incapacidade para corresponder por nós mesmos ao padrão divino (WHITE, 1979a, p. 171).

26

Se juntássemos tudo que é bom e santo, nobre e belo no homem, e apresentássemos o resultado aos anjos de Deus, como se desempenhasse uma parte na salvação da alma humana ou na obtenção de mérito, a proposta seria rejeitada como traição (WHITE, 1979b, p. 24).

No final das contas, a Bíblia e Ellen G. White mantêm exatamente as mesmas ênfases paradoxais sobre o tema usando linguagem ligeiramente diferente. Ellen G. White enfatiza a total incapacidade humana em se salvar ou sequer em contribuir mesmo com parte de sua salvação através de suas melhores obras (que permanecem sempre imperfeitas), e ainda assim relembra a necessidade que o ser humano tem de sentir que salvação depende de seus próprios esforços. Enquanto isso, a Bíblia também fala da salvação pela graça mediante a fé de tal forma que ela não vem do ser humano que é salvo, assim como proclama a necessidade de fé pessoal, ação pessoal e salvação de si mesmo e dos outros como uma responsabilidade humana (cf. At 24:16; 1 Co 9:27).

A ampla discussão entre “monergismo” e “sinergismo” relacionada à compreensão da soteriologia bíblica nos coloca diante de uma polêmica que está instalada na igreja há séculos. Um posicionamento amplo sobre as inúmeras problemáticas envolvidas nessa discussão está muito além do escopo desse artigo, mas



é importante indicar que o sinergismo evangélico com o qual a IASD se identifica em linhas gerais encontra seu fundamento no texto bíblico e no amplo apoio das tradições cristãs mais antigas tanto no oriente como no ocidente, sendo acurado em termos exegeticos e históricos em muitos pontos essenciais da discussão.

A IASD rejeita cabalmente a acusação de que em sua teologia “a graça é insuficiente para completar a obra da salvação” (p. 830), ainda que mantenha uma compreensão sinergista da soteriologia. Discordamos de qualquer suposição diante da qual a doutrina da graça de Deus seja reconhecida como coerente somente caso os pressupostos e conclusões monergistas sejam afirmados e defendidos. Cremos e confessamos que “*pela graça, estamos seguros para o tempo e para a eternidade*” (WHITE, 2007, p. 487). A graça é suficiente para hoje e para sempre (SI 40:11; 89:28).

Quanto à suposta heresia da necessidade de obediência a regras extrabíblicas para a salvação, a questão também pode adquirir contornos melindrosos conforme a disposição do intérprete. Por exemplo, a Bíblia fala sobre *sites pornográficos*? Jamais, não nesses termos. Portanto, a necessidade de obedecer à Palavra de Deus em questões de pureza sexual (claramente presentes no texto bíblico [cf. Mt 5:28 etc.]) termina por envolver a necessidade de “obediência à uma regra extrabíblica”, aquela que expõe a proibição de comunhão com a pornografia na internet no século 21. Há alguma polêmica em função dessa regra terminar por regulamentar prática desconhecida e não referida diretamente no texto sagrado? Esse tipo de raciocínio demonstra que a aplicação dos princípios bíblicos aos tempos em que vivemos gera inúmeras regras “extrabíblicas” que estão em perfeita harmonia com o espírito e a letra da Palavra de Deus, e obedecer a tais regras é tão necessário “para a salvação” como é necessário ao salvo pela graça o “andar em novidade de vida” (Rm 6:4). Sendo assim, reconhecemos que a IASD defende, sim, algumas regras sobre alimentação, vestuário, música, recreação e outras que não são bíblicas em termos da letra, mas nos reservamos o direito de afirmar que tais regras estão em harmonia com o espírito da Palavra de Deus e seus princípios. Reconhecemos, porém, criticamente, que o estabelecimento de tais regras pode se tornar extremamente controverso e complicado dentro da igreja e geram, por vezes, muito desgaste entre pessoas com opiniões diferentes sobre aquilo que não é revelado. Reconhecemos que nessas questões também há certa dificuldade da parte de alguns em separar aquilo que é opinião da igreja, de fato, daquilo que é opinião de líderes ou membros da igreja, mas não refletem consenso. Nesses casos, acima de tudo recomendamos a aplicação cristã dos princípios bíblicos tirados de Romanos 14 na direção de que cada um seja coerente com sua consciência pessoal, sem imposições, julgamentos e condenações sobre quem pensa e age da maneira diferente de si mesmo.

## A doutrina do fim do mundo, o milênio e a volta de Jesus

### As acusações

Franklin e Alan dizem que “uma característica comum das seitas é a visão apocalíptica do fim do mundo”. Além disso, se diz que para as “seitas” a salvação está vinculada à submissão e à membresia a um grupo particular (p. 1097). Após uma descrição breve de algumas das compreensões adventistas sobre o milênio descrito em Apocalipse 20, conclui-se que alguns adventistas “afirmam que terão um papel único e especial em julgar os ímpios, inclusive os católicos romanos e protestantes que não aceitaram as revelações de Ellen G. White e mantiveram seus cultos aos domingos” (p. 1098-1099). Por fim, afirma-se que a compreensão da IASD sobre “o início do juízo investigativo” em 1844 é “fato parecido” com a profecia das Testemunhas de Jeová de que Jesus já veio pela segunda vez em 1914, só que espiritualmente (p. 1151).

### As respostas adventistas

28 É impossível entender em que sentido a “visão apocalíptica do fim do mundo” é criticada pela obra aqui analisada por duas razões: (1) a visão apocalíptica do fim do mundo especificamente criticada pelos autores não é claramente definida e (2) a conexão superficial de tal questão com a ideia do “exclusivismo” sectário em relação à salvação praticamente não faz nenhum sentido. Entendemos que podem existir interpretações apocalípticas do fim do mundo específicas que terminem por gerar unicamente sensacionalismo, medo e outras reações negativas e distintas da esperança com que a apocalíptica bíblica encara o tema do “fim do mundo”; mas, de qualquer forma, o problema nesse caso não seria manter uma visão apocalíptica do fim do mundo, mas sim uma visão do fim do mundo incoerente com a visão apocalíptica bíblica.

A IASD mantém abertamente a crença de que a salvação não está vinculada à submissão ou ao pertencimento à comunhão adventista de forma exclusiva. Rodríguez (2012, p. 211) diz que os adventistas afirmam que “a plenitude da igreja não reside em nenhuma organização eclesial específica”, e que a igreja é formada “por todos os que creem verdadeiramente em Cristo”, de forma que tal definição “consiste numa rejeição prática do denominacionalismo” (p. 212).

Sobre o suposto papel único dos *adventistas* em “julgar os ímpios”, mais uma vez temos uma absoluta má compreensão dos fatos. Baseados na Bíblia, defendemos que “os santos hão de julgar o mundo”, mesmo “os anjos” (1 Co 6:2-3). Os santos, porém, nesse caso, não são “alguns adventistas”, mas a totalidade os salvos.

Quanto ao julgamento dos ímpios incluir a condenação dos católicos e protestantes por não aceitarem “as revelações de Ellen G. White e manterem seus cultos aos domingos”, a crítica aparentemente é projetada para lançar uma



luz totalmente desprezível sobre a compreensão adventista das questões aqui representadas. Sem retomar à questão da condenação por pretensas trivialidades já tratada anteriormente, é importante notar que a teologia adventista não defende a condenação de nenhum ser humano sob tais bases. Ainda que creiamos no dom profético de Ellen G. White, não fazemos disso prova de discipulado cristão em sentido geral para todos os cristãos de todas as denominações, nem defendemos que alguém possa ser condenado diante de Deus em função unicamente de se manter reticente, cético ou mesmo crítico quanto à Ellen G. White. O pecado contra o Espírito Santo, o único que condena um ser humano (Mt 12:31) é muito mais grave do que os críticos desejam fazer parecer. Ainda assim, é óbvio que há espaço para lembrar que quem recebe os discípulos de Cristo a ele recebe (Mt 10:40), o que implica no oposto também, que quem rejeita os enviados de Cristo a ele rejeita. Entretanto, o juízo absoluto e definitivo sobre quem recebeu ou rejeitou a crença no dom de Ellen G. White sob quais condições e razões, bem como o juízo absoluto sobre todas as ações, intenções e condição humana pertencem a Deus e não a nós.

Assim também, “manter cultos aos domingos” nem mesmo é pecado (Rm 4:15) para ser considerado motivo minimamente plausível para uma possível condenação em função disso. Aliás, a própria IASD mantém cultos aos domingos em muitas regiões do mundo! A discussão mais ampla sobre a questão, entretanto, é que a lei de Deus ordena a santificação do sábado no sétimo dia da semana (Ex 20:8-11) e não em algum outro dia da semana, e a Bíblia nos alerta que qualquer mudança na lei de Deus deve ser atribuída profeticamente aos poderes que se levantam contra o altíssimo e contra os seus santos (Dn 7:25). Dessa forma, aquilo que parece ser uma discussão pequena sobre trivialidades (ir a cultos aos domingos) esconde uma questão bem mais ampla e coloca diante de nós o chamado a uma decisão radical entre obedecer a Deus ou obedecer aos homens (At 5:29). Nesses termos, e à luz da pregação do evangelho eterno de Jesus Cristo para que cada ser humano tome uma posição a favor da lei de Deus ou a favor do pecado, no contexto do conflito final sobre a adoração (Ap 13; 14:6-13; cf. Mt 4:9), há espaço legítimo para a compreensão de que qualquer desobediência a Deus sempre poderá acarretar terríveis resultados, mesmo que tal desobediência seja vista como relacionando-se com questões triviais da perspectiva dos homens. Aliás, todas as desgraças da face da terra não são resultados de uma desobediência aparentemente “simples” e “trivial”, o comer de uma fruta aparentemente inocente (Gn 2:17-3:5)?

Por fim, desconhecemos qualquer sentido em que realmente nossa doutrina do juízo investigativo iniciado em 1844, segundo nossa compreensão de Daniel 8:14, seja “parecida” com a noção de que Jesus já voltou em 1914. A fé da IASD na segunda vinda de Cristo é bíblicamente sólida e envolve a compreensão de que a vinda do Senhor nas nuvens do céu será pessoal, física, visível, audível, repentina e gloriosa.

## A doutrina do juízo investigativo

### As acusações

Praticamente todas as referências à teologia adventista na obra de Franklin e Alan trazem menção crítica à ideia do “juízo investigativo”. Afirma-se que “a justificação das pessoas não é recebida quando elas têm fé, mas somente após o resultado do juízo investigativo” (p. 581), de forma que o ensino sobre tal juízo “é um sério desvio da doutrina bíblica da expiação” e “mina a eficácia da expiação” (p. 615). Liga-se o critério do juízo pela lei de Deus com a ideia do legalismo e da negação da graça (p. 762), portanto, de uma pura e simples heresia (p. 830).

### As respostas adventistas

Em grande medida, as questões teológicas referidas nas acusações descritas acima já foram satisfatoriamente respondidas, mas ainda há pelo menos uma perspectiva nessas críticas que precisa ser tornada explícita a título de esclarecimento.

É elucidativo notar que nenhuma crítica do conceito adventista do “juízo investigativo” na teologia sistemática de Franklin Ferreira e Alan Myatt traz uma definição precisa do conceito repetidamente criticado. Ou seja, critica-se um conceito que dificilmente os leitores não adventistas conhecem e, aparentemente, pretende-se passar uma impressão de que as interpretações dos acusadores são fiéis ao conceito em si sem nenhuma comprovação desta pretensão. Mas será que as coisas são de fato assim? Digamos que, se o leitor dessa teologia sistemática desejar conhecer de fato aquilo contra o que seus autores estão polemizando, ele ficará sem qualquer resposta a partir da própria obra. As consequências disso são potencialmente desastrosas para promover um entendimento real sobre o tema.

A crença fundamental adventista sobre “o ministério de Cristo no santuário celestial” (NISTO CREMOS, p. 385-408) defende a compreensão de um “juízo investigativo” que faz parte da eliminação final do pecado prefigurada pela purificação do antigo santuário hebraico, no Dia da Expição. Enfatiza-se também que a cena de Daniel 7:9-14 é de fundamental importância para tal doutrina. Um amplo desenvolvimento da compreensão adventista do juízo investigativo já levou a IASD a uma compreensão bíblica bem mais madura do que aquela representada no desenvolvimento histórico da doutrina nos primórdios de sua história (cf. TIMM, 2007, p. 169-176). Alguns desses avanços podem ser verificados pelos leitores de língua portuguesa em Shea (2007) e (2010); Alves (2008); Hasel (2011) e Rodríguez (2011).

Criticar a doutrina do “juízo investigativo” sem conceituá-la de forma clara a seu público e sem lidar com as razões bíblicas que a fundamentam é uma postura que



parece não ter por objetivo esclarecer a questão ou nem mesmo refutá-la. Por exemplo, foi dito por Franklin e Alan que, em função do juízo investigativo, Deus não poderia saber de antemão quem seriam os salvos (p. 581). Essa é uma prova irrefutável de sua absoluta má compreensão do conceito. Teólogos adventistas dizem que:

Deus conhece todos os homens e poderia conceder-lhes a imortalidade mediante o exercício de sua onisciência. Deus, entretanto, escolheu não atuar dessa maneira, mas somente de uma forma coerente com suas revelações, conforme se encontram na Bíblia, onde se lê de um processo judicial baseado nos livros celestiais (Ap 20:12) (SMITH apud ALVES, 2008, p. 100).

[O juízo investigativo] não trata de negar a onisciência divina, mas, sim, de exaltar Sua atuação em favor dos Seus filhos. [...] As pretensões de Satanás não poderão se sustentar. Diante da assembleia celestial, o Pai, o Filho e todos os filhos de Deus serão vindicados (HEPPENSTALL apud ALVES, 2008, p. 158-159).

31

Creemos que tais informações bastam para demonstrar que a doutrina adventista do juízo investigativo permanece intocada nas críticas oferecidas por Franklin e Alan.

## Considerações finais

A teologia sistemática escrita por Franklin Ferreira e Alan Myatt fornece um retrato bastante impreciso da teologia adventista. As críticas à IASD repetidamente colocadas sob a seção que estuda as doutrinas das "seitas", aliadas à negação de que a igreja adventista seja uma seita (p. 830) é postura explicitamente contraditória. Além disso, as várias más interpretações da compreensão adventista das questões bíblicas são fortemente desencaminhadoras a leitores que não manifestem disposição de buscar esclarecimentos a partir de fontes mais seguras ou que não tenham meios imediatos para avaliar criticamente as afirmações oferecidas. Também a incapacidade ou indisposição dos autores em criticar a IASD a partir dos materiais adventistas mais abalizados para responder ao tipo de crítica levantada, como o livro *Questões sobre doutrina e o Tratado de teologia adventista*, atrasam o diálogo em grande medida. Por isso, concluímos que temos um retrato bastante distorcido do adventismo do sétimo dia na obra analisada, retrato esse que deve ser rejeitado por seus pressupostos e conclusões equivocados.

## Referências

ALVES, J. A. R. **O juízo investigativo pré-advecto**: uma avaliação de seu desenvolvimento histórico nos escritos de Uriah Smith, Edward Heppenstall e William H. Shea. Cachoeira: Ceplib, 2008.

BLAZEN, I. T. **Justificação e juízo**. In: HOLBROOK, Frank B. Setenta Semanas: Levítico e a natureza da profecia. Engenheiro Coelho: Imprensa Universitária Adventista, 2010.

\_\_\_\_\_. **Salvação**. In: DEDEREN, R. Tratado de teologia adventista. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

CALVIN, J. **Institutes of the Christian Religion**. Bellingham: Logos Research Systems, Inc., 1997.

FERREIRA, F.; MYATT, A. **Teologia Sistemática**: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual. São Paulo: Vida Nova, 2007.

HARRIS, R. L.; ARCHER, G. L.; WALTKE, B. K. **Theological Wordbook of the Old Testament**. Chicago: Moody Press, 1999.

HASEL, G. F. **Julgamento divino**. In: DEDEREN, R. Tratado de teologia adventista. Tatuí: Casa publicadora Brasileira, 2011.

HOLBROOK, F. B. **O sacerdócio expiatório de Jesus Cristo**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2002.

HORTON, M. **A favor do calvinismo**. São Paulo: Editora Reflexão, 2014.

**QUESTÕES SOBRE DOCTRINA**: o clássico mais polêmico da história do adventismo. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

RODRÍGUEZ, Á. M. **Santuário**. In: DEDEREN, R. Tratado de teologia adventista. Tatuí-SP: Casa publicadora Brasileira, 2011, p. 421-466.

\_\_\_\_\_. O remanescente do tempo do fim e a igreja cristã. In: RODRÍGUEZ, Á. M. (Org.) **Teologia do Remanescente**: uma perspectiva eclesiológica adventista. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2012, p. 200-225.



SHEA, W. H. **Estudos selecionados em interpretação profética**. Engenheiro Coelho: Imprensa Universitária Adventista, 2007.

\_\_\_\_\_. **A importância teológica do juízo pré-advento**. In: HOLBROOK, Frank B. *Setenta Semanas: Levítico e a natureza da profecia*. Engenheiro Coelho-SP: unaspress, 2010, p. 223-229.

TIMM, A. R. **O santuário e as três mensagens angélicas**: fatores integrativos no desenvolvimento das doutrinas adventistas. 5ª ed. Engenheiro Coelho-SP: unaspress, 2007.

VINE, W. E.; UNGER, M. F.; WHITE, W. **Vine's Complete Expository Dictionary of Old and New Testament Words**. v. 1. Nashville: T. Nelson, 1996.

WHITE, E. G. **A fé pela qual eu vivo**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1958.

\_\_\_\_\_. **Conselhos aos pais, professores e estudantes**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Este dia com Deus**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1979a.

\_\_\_\_\_. **Exaltai-o**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1988.

\_\_\_\_\_. **Fé e obras**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1979b.

\_\_\_\_\_. **Filhos e Filhas de Deus**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1955.

\_\_\_\_\_. **Maravilhosa Graça**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1973.

\_\_\_\_\_. **Nossa alta vocação**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1961.

\_\_\_\_\_. **O cuidado de Deus**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Para conhecê-lo**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1964.

\_\_\_\_\_. **Testemunhos para a igreja**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2005. v. 2.